

OUTROS TÍTULOS DE INTERESSE:

História da Construção - Os Construtores

Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

Construir, Habitar: A Casa Medieval

Manuel Sílvio Alves Conde

EVOLUÇÃO DA
PAISAGEM URBANA
SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA
SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



EVOLUÇÃO DA
PAISAGEM URBANA
SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



MARIA DO CARMO RIBEIRO

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigadora do CITCEM e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Doutorada em Arqueologia, na especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Território, pela Universidade do Minho. A sua investigação tem-se centrado nas questões de urbanismo, morfologia urbana, arqueologia da arquitectura e história da construção.

ARNALDO SOUSA MELO

Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigador do CITCEM. Doutorado em História da Idade Média pela Universidade do Minho e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. O seu campo de investigação incide sobre a sociedade, economia, poderes e organização do espaço urbano medieval, em particular a organização do trabalho e da produção, incluindo a história da construção.

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

Título: Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia

Coordenação: Maria do Carmo Ribeiro, Arnaldo Sousa Melo

Figura da capa: Detalhe do *Mappa da Cidade de Braga Primas*, 1755, atribuído a André Soares, pertencente à Biblioteca da Ajuda (Lisboa).

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-97558-7-1

Depósito Legal: 343493/12

Concepção gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Maio 2012

O CITCEM é financiado por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	5
<i>Nascita e sviluppo monumentale della città romana di Ostra (AN)</i>	
Pier Luigi Dall'Aglio, Michele Silani e Cristian Tassinari.	9
<i>Urbanismo e Architettura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer</i>	
Manuela Martins, Jorge Ribeiro, Fernanda Magalhães e Cristina Braga	29
<i>Dalla città romana alla città tardoantica: trasformazioni e cambiamenti nelle città della pianura padana centro-occidentale</i>	
Pier Luigi Dall'Aglio, Kevin Ferrari e Gianluca Mete	69
<i>A evolução do tecido urbano flaviense desde Aquae Flaviae a Chaves Medieval: Síntese de Resultados</i>	
João Ribeiro.	99
<i>Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com instalação de Afonso Henriques</i>	
Walter Rossa	127
<i>A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	145
<i>El impacto de las actividades industriales en el paisaje urbano de la Corona de Aragón (siglo XV)</i>	
Germán Navarro Espinach.	173
<i>Entre os "ideais e a realidade". A urbanização do Porto na Baixa Idade Média</i>	
Helena Teixeira	185

<i>Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa</i>	
Luísa Trindade	209
<i>O Impacto da Rua Nova do Porto no urbanismo, construção e sociedade</i>	
Helena Pizarro	229
<i>Na passagem do Estreito: evolução urbana do “castelo pequeno” entre mouros e cristãos</i>	
Jorge Correia	243
<i>O Porto visto do rio</i>	
Luís Miguel Duarte	261
<i>The regulation of ‘nuisance’: civic government and the built environment in the medieval city</i>	
Sarah Rees Jones	283

A INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS NA ORGANIZAÇÃO DA CIDADE MEDIEVAL PORTUGUESA

MARIA DO CARMO RIBEIRO¹
ARNALDO SOUSA MELO²

INTRODUÇÃO

Os centros urbanos medievais portugueses conheceram nos primeiros séculos da nacionalidade, designadamente com o fim da Reconquista e a subida ao trono de Afonso III (1248), um notável crescimento potenciado por diferentes fatores, onde se destacam, desde logo, as condições geográficas favoráveis, a riqueza do subsolo, mas também a capacidade produtiva dos mesmos.

O aumento populacional condicionou o crescimento urbano através do aparecimento de novos bairros nas imediações exteriores das muralhas, que constituíram, por vezes, arrabaldes. Estes podiam ser simultaneamente urbanos, peri-urbanos e mesmo rurais, onde se implantaram oficinas, moinhos ou pequenas produções agrícolas de consumo diário.

Por sua vez, ao longo do século XIII e XIV muitos aglomerados urbanos registaram novas e maiores cercas defensivas que passam a incluir os recém-surgidos bairros. Era, igualmente, nos sectores mais próximos da muralha que se organizavam as comunidades dos Judeus e, no caso dos aglomerados do sul, as mourarias. No entanto, sobretudo as judiarias acabaram por ser instaladas no espaço intramuros. Estas localizavam-se, por vezes, junto dos Paços e podiam possuir alguns equipamentos para uso exclusivo dos seus moradores, que incluíam, para além da

¹ Departamento de História (ICS), Unidade de Arqueologia, CITCEM, Universidade do Minho.

² Departamento de História (ICS), CITCEM, Universidade do Minho.

sinagoga, estruturas como poços e açougue próprios, em virtude das respectivas imposições religiosas³.

O desenvolvimento urbano medieval encontra-se intimamente relacionado com o incremento económico, designadamente através do crescimento comercial, fortemente alimentado pelas atividades artesanais e pelas produções agrícolas rurais. O mundo rural e os mercados urbanos são por isso indissociáveis. Igualmente, para que os camponeses possam fazer face às exigências monetárias senhoriais precisam do mercado urbano.

De facto, dentro da economia urbana medieval, o comércio e o artesanato constituíam as duas atividades com maior preponderância para a origem e desenvolvimento da cidade⁴. A relação entre elas é pois inseparável, uma vez que os artesãos, na sua maioria, eram simultaneamente comerciantes, que vendiam diretamente uma parte da sua produção ao público.

Todas as cidades produzem ou vendem o máximo de bens para o consumo urbano e para integrar circuitos comerciais mais vastos. Todavia, a importância relativa entre a atividade comercial e a produtiva (artesanal) varia de cidade para cidade.

1. A ORGANIZAÇÃO DA CIDADE MEDIEVAL PORTUGUESA

Na generalidade, as cidades medievais portuguesas assumem-se como centros produtores, consumidores e de distribuição ou troca. Na realidade, os locais destinados ao comércio e à produção estavam entre aqueles que maiores implicações tinham na organização do espaço urbano. Referimo-nos, concretamente, aos locais de venda ao ar livre e aos açougues, entre outros⁵.

A atividade comercial manifesta-se inicialmente nas feiras e nos mercados, segundo uma hierarquia que vai desde o simples mercado até à feira regional, ou em algumas cidades até à grande feira internacional.

O mercado de carácter local e diário era realizado dentro das muralhas. Todavia, existiam igualmente espaços para trocas comerciais localizados normalmente nas imediações das portas das muralhas. Tratava-se de feiras de âmbito regional e de menor periodicidade que podiam ser instituídas por carta régia ou senhorial – como as feiras francas. Estes espaços recebiam o nome de campo da feira, largo, rossio ou terreiro, e rapidamente se rodeavam de construções. Todavia, a cidade, para além de um local de comércio, cidade mercantil e de consumo, é igualmente, um centro de produção⁶. Algumas atividades produtivas exigiam determinados

³ Rossa, 1995, p. 233-323.

⁴ Le Goff, 1992, p. 62.

⁵ Andrade, 2003.

⁶ Rossa, 1995, p. 233-323.

tipos de construções, tais como os açougues ou os pelames que, por sua vez, condicionavam a estruturação da paisagem urbana.

Procuraremos, de seguida, através da análise dos casos das cidades de Braga e do Porto, contribuir para avaliação da influência das atividades económicas na organização dos espaços urbanos medievais.

1.1 A cidade de Braga

A emergência e a organização da cidade medieval de Braga encontram-se assinaladas, entre outros, pela sagração, em 1089, da Catedral românica, mandada construir pelo arcebispo D. Pedro.

Importa, todavia, referir que a cidade medieval de Braga se encontra edificada sob o quadrante noroeste da cidade romana de *Bracara Augusta*. Naturalmente, o núcleo medieval irá dotar-se das infraestruturas necessárias para o seu normal funcionamento, na qual pesa, logicamente, a sua condição de feudo eclesiástico. Contudo, o plano urbano medieval encontra-se, ainda, marcado pela morfologia herdada do período romano, no qual se destaca, desde logo, a muralha do Baixo Império, cujo traçado norte será incorporado no sistema defensivo medieval até aos inícios do século XIV⁷. Posteriormente, ao longo dos séculos XIV e XV a cidade irá crescer para N/Nordeste acompanhada pelo alargamento do perímetro da muralha. (Fig. 1)

Entre os séculos XI e XIII o núcleo urbano amuralhado irá permanecer bastante reduzido, encontrando-se a Sé Catedral em posição periférica relativamente ao conjunto edificado⁸.

Porém, a pequena cidade medieval irá crescendo, de forma lenta e orgânica, dentro dos seus sucessivos perímetros defensivos, até ao século XV, momento em que a Catedral passa a constituir, de facto, o elemento central do espaço urbano definido pela muralha dita fernandina⁹.

Na realidade, as primeiras transformações planificadas só se farão sentir nos inícios do século XVI, quando o arcebispo bracarense, D. Diogo de Sousa, decide levar a cabo um programa de modernização, embelezamento e ampliação da pequena cidade medieval, influenciado pelas novas conceções de espaço urbano, surgidas com o Renascimento europeu¹⁰.

A planificação urbanística encetada por D. Diogo de Sousa contemplou, não só a regularização de algumas ruas na zona intramuros, como, também, a abertura

⁷ Ribeiro, 2008, I, p. 148.

⁸ Ribeiro, 2008, I, p. 149.

⁹ Ribeiro, 2008, I, p. 150-152.

¹⁰ Ribeiro, 2009/2010, p. 190-200.

de novos campos e eixos viários na envolvente da cidade, com o claro objetivo de favorecer a sua expansão periférica¹¹.

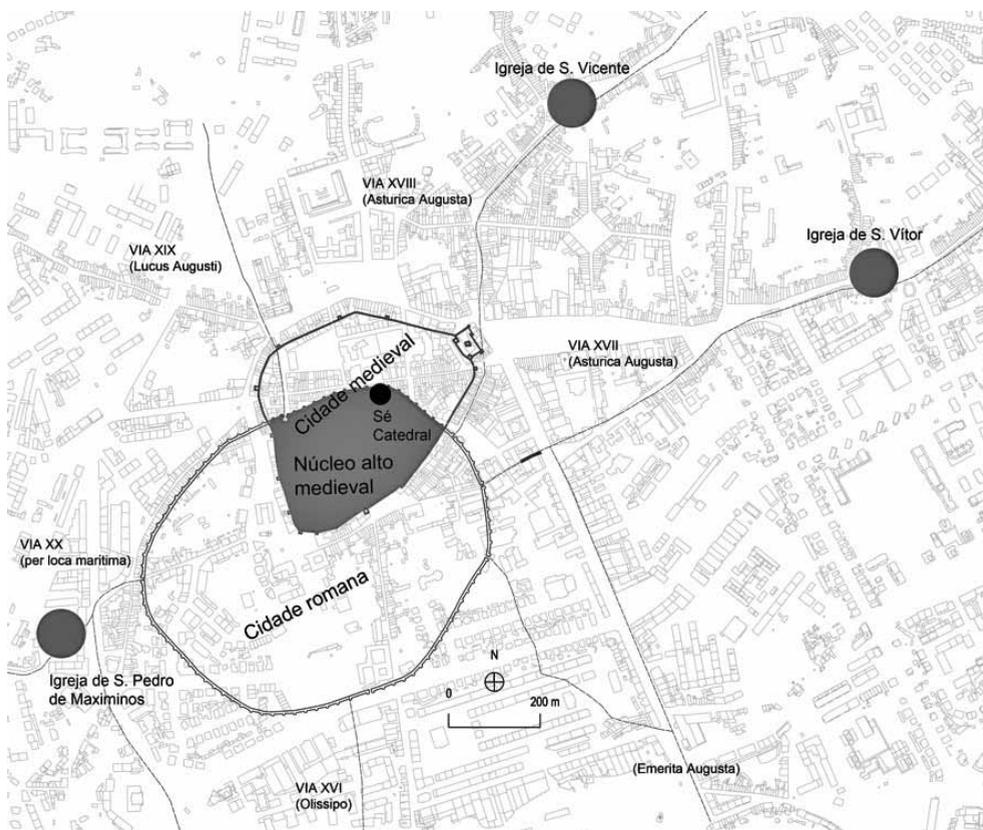


Fig. 1. Planimetria geral do território desde a época romana até à Idade Média¹².

1.1.1 A cidade medieval de Braga como centro de produção artesanal

O desenvolvimento da cidade de Braga na Idade Média, à semelhança do que ocorre com outros núcleos urbanos, encontra-se relacionado com o crescimento económico, designadamente através do incremento comercial, alimentado em larga medida pelas produções agrícolas rurais, mas também pelas produções artesanais/industriais realizadas nas cidades¹³ e pelos produtos importados.

¹¹ Ribeiro, 2009/2010, p. 190-200.

¹² Ribeiro, 2009/2010, p. 190.

¹³ Le Goff, 1992, p. 62.

Importa referir desde logo que, na cidade de Braga, feudo eclesiástico, o grande proprietário urbano e rural era o Cabido e o Arcebispo.

Os dados existentes para os finais do século XIV, designadamente os constantes nos *1º e 2º Livro do Tombo do Cabido*, permitem considerar que dentro da economia urbana medieval de Braga, o comércio e o artesanato constituíam as duas atividades com maior preponderância para o desenvolvimento urbano¹⁴.

A cidade, para além de um local de comércio, cidade mercantil e de consumo, era igualmente, um centro de produção¹⁵.

À semelhança de muitos outros centros urbanos, encontramos referência a um significativo número de profissionais que realizavam a vida económica da cidade.

Para o século XIV, e tendo por base os referidos tombos, os dados de maior volume prendem-se com o setor do vestuário e o setor comercial, em particular alfaiates e mercadores, seguidos pelos setores metalúrgico e dos couros, como se pode ver na Tabela 1.

Entre as ocupações contam-se alfaiates, tecedeiras, mercadores, regateiras, ferradores, ferreiros, sapateiros, mas também carpinteiros ou almocreves.

Tabela 1. Dados referentes ao *2º Livro do Tombo do Cabido de Braga* (ADB).

Setores	Ofícios		1393-94	Totais
	Têxtil e Vestuário	Alfaiata		1
Alfaiates			9	
Jubeteiro			1	
Tecedeira			1	
Comercial	Mercadores		9	11
	Almocreve		1	
	Regateira		1	
Metalúrgico	Ferrador		1	4
	Açagador/espadeiro		1	
	Ferreiros		2	
Couros	Sapateiros		2	2
Construção	Carpinteiro		1	1

¹⁴ Estes documentos pertencem ao Arquivo Distrital de Braga. O *1º Livro do Tombo do Cabido* foi criticamente datado de 1369-1380 (Costa 1997-2000). O *2º Livro do Tombo do Cabido* tem datas extremadas entre 1393-1394.

¹⁵ Andrade, 2003, p. 52-53.

Ainda que baseado em fontes distintas, desta feita, o *1º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido*, os dados disponíveis para os finais do século XV invertem um pouco esta tendência, aparecendo em destaque os profissionais dos setores dos couros, da construção e do comércio. Seguem-se os setores do vestuário, metalúrgico, alimentar e têxtil, sendo ainda referidos os ourives e os barbeiros (veja-se Tabela 2).

Tabela 2. Dados referentes ao *1º Livro de Prazos das Propriedades do Cabido* (ADB).

Setores	Ofícios		1465-1475	Totais
	Têxtil e vestuário	Alfaiata		1
Alfaiates			7	
Jubeteiro			-	
Tecedeira			1	
Tecelão			2	
Comercial	Mercadores		3	9
	Almocreve		6	
	Regateira		-	
Metalúrgico	Ferrador		3	11
	Açagador/espadeiro		-	
	Ferreiros			
	Picheleiro		2	
	Ourives		5	
	Torneiro		1	
Couros	Sapateiros		12	18
	Ataqueiro		1	
	Correeiro		5	
Construção	Carpinteiro		7	14
	Pedreiro		1	
	Pintor		2	
	Serralheiro		4	
Alimentar	Carniceiro		4	4
Outros	Barbeiros		7	7

Com o necessário relativismo que deve ser empregue na interpretação dos dados constantes das referidas fontes, podemos verificar que na cidade medieval de Braga, à semelhança de outras, encontramos profissionais dos mais variados ofícios artesanais/industriais.

Igualmente, à medida que avançamos no tempo, o número e o tipo de profissionais aumenta em consequência de vários fatores, entre os quais se destaca o crescimento urbano de Braga. Relembremos que os dados apontam para uma população de 1745 habitantes para o ano de 1477, e mais do dobro para o ano de 1514, mais precisamente 3575 habitantes¹⁶. Refira-se, ainda, a importância do aumento da especialização do sistema produtivo, associado a um aumento da qualidade dos produtos, para a existência dum maior e mais diversificado número de profissionais.

1.1.2 A cidade medieval de Braga como centro comercial/mercantil

Se as atividades produtivas são um aspecto extremamente importante da cidade medieval, a atividade comercial é-o ainda mais. Na verdade, estamos a falar de duas caras da mesma moeda, pois fabrica-se para vender e vice-versa. São dois momentos de um processo que é contínuo. Na realidade, muitos dos artesãos têm também a sua respetiva loja, vendendo nela directamente os seus produtos. Este tipo de comércio de rua parece constituir-se num elemento altamente característico da paisagem urbana medieval em geral, e também da bracarense.

Os espaços urbanos consignados à produção são na sua generalidade as ruas e praças, que assumem muitas vezes o topónimo da atividade artesanal, como é o caso da Rua dos Sapateiros, existente em quase todas as cidades medievais¹⁷. Todavia, invariavelmente, esta circunstância não significa que aí não se encontrassem outras atividades.

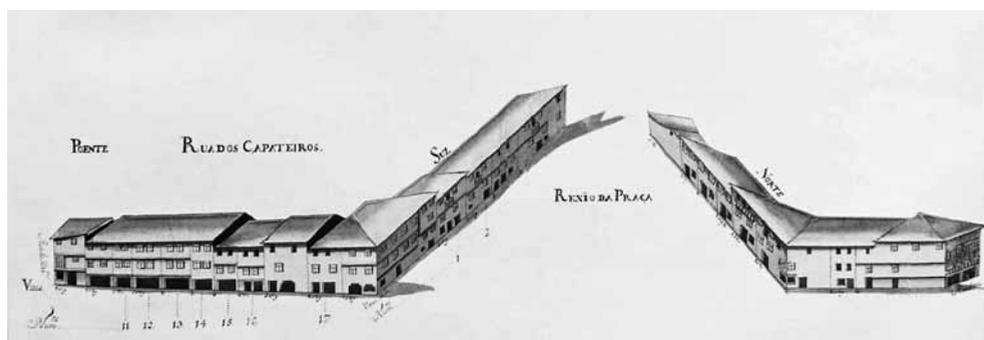


Fig. 2. Rua da Sapataria representada no *Mapa das Ruas de Braga*¹⁸ (1755).

¹⁶ Marques, 1983, p. 55.

¹⁷ Com uma designação que pode oscilar entre Rua da Sapataria, da Sapateira, dos Sapateiros, entre outros, (Marques et al, 1990; Andrade, 2003, p. 87-89).

¹⁸ *Mapa das Ruas de Braga*, I, 1989-91, s/p.

Na Rua da Sapataria de Braga¹⁹, referida no *1º e 2º Livro do Tombo do Cabido* (1369-80 e 1393-91, respectivamente) como Rua da Çapataria, residem no século XIV sapateiros, mas também tecelões, mercadores, advogados, entre outros habitantes cuja profissão desconhecemos. A atividade produtiva e comercial desta artéria medieval tem continuidade nos séculos seguintes, como atestam os *Prazos do Cabido* mas também a iconografia produzida no século XVIII para a cidade. De facto, a Rua da Sapataria de Braga aparece representada no *Mapa das Ruas de Braga*²⁰, livro das ruas produzido pela instituição capitular em 1755, como uma via onde habitavam sapateiros, mas também onde se comercializavam e produziam produtos relacionados com o calçado. No entanto, também nela viviam outros profissionais, como por exemplo barbeiros e serralheiros que encontramos referidos nas casas nº 11, 12, 13, 15 e 16²¹.

A partir da análise da representação da fachada das habitações da Rua da Sapataria no *Mapa das Ruas de Braga* podemos, igualmente, atestar a tipologia da habitação corrente medieval, ainda existente no século XVIII, composta por edifícios que possuíam lojas no rés-do-chão onde se realizava o comércio. De facto, na representação do referido *Mapa* é ainda visível um significativo número de edifícios residenciais que possuíam lojas no rés-do-chão²².

Tabela 3. Profissionais que habitavam na Rua dos Sapateiros²³

Rua	Casa nº	Data do Contrato	Profissão
Rua da Sapataria	11	28-04-1583	Sapateiro
	12	14-02-1509	-
	12	05-01-1512	Escudeiro
	12	17-09-1516	Sapateiro
	12	24-11-1671	Sapateiro
	13	15-03-1561	Sapateiro
	15	08-02-1564	Sapateiro
	16	28-01-1514	Barbeiro
	16	17-10-1522	Barbeiro

¹⁹ A Rua da Sapataria aparece referida no *1º Livro do Tombo do Cabido* (1369-80) como Rua da Çapataria, mudando o seu nome para Rua dos Sapateiros, nos inícios do século XVI, topónimo que mantém até ao século XIX, altura em que é praticamente toda destruída com a criação da atual Rua Frei Caetano Brandão, que rasgou a parte poente da cidade medieval no sentido N/S, afetando drasticamente a pequena Rua da Sapataria (Ribeiro, 2008, p. 467-472).

²⁰ *Mapa das Ruas de Braga*, 1989/91, Braga, Arquivo Distrital de Braga, Vol. I e II.

²¹ *Mapa das Ruas de Braga*, II, 1989-91, p. 90-91.

²² Ribeiro, 2008, I, p. 466-468.

²³ *Mapa das Ruas de Braga*, II, 1989-91, p. 90-91.

Hoje em dia, a Rua da Sapataria praticamente já não existe, tendo sido destruída com o alargamento da atual Rua Frei Caetano Brandão. Dela sobreviveram as casas nº 15 e 16, onde residiram sapateiros, mas também barbeiros. Curiosamente, ainda hoje, na loja do rés-do-chão, da casa nº 15, se vende artesanato, como se pode observar na Figura 3.

Para além da Rua dos Sapateiros, conhecem-se para a zona intramuros outras ruas cujos topónimos refletem algumas atividades económicas desenvolvidas na cidade medieval de Braga. A título de exemplo, refiram-se, para além da já mencionada Rua dos Sapateiros, as quatro mais significativas: a Rua da Triparia, a Rua da Erva, a Rua dos Burgueses e a Rua da Olaria.

A Rua da Triparia, atualmente fossilizada nas ruas de Santo António das Travessas e das Chagas, constituía uma artéria medieval onde muito provavelmente se vendiam as vísceras dos animais. Na realidade, na vizinhança da extremidade norte da Rua da Triparia localizavam-se os açougues da cidade, nas imediações da Sé Catedral (Fig.4).

A primeira alusão aos açougues encontra-se no *1º Livro do Tombo do Cabido* aparecendo esta estrutura como local de referência para identificar o sistema viário medieval, como ocorre por exemplo no caso da Rua da Triparia, onde se lê: *...na dita rua como vão da mão siestra do dito açougue para a dita Igreja de Santiago*²⁴.

Os açougues devido à sua função, local onde se mata e vende carne, localizavam-se normalmente junto de linhas de água e sensivelmente afastados do centro urbano devido aos maus cheiros que as atividades aí desenvolvidas podiam provocar.

Todavia, os açougues medievais de Braga, tal como em outras cidades como o Porto, localizavam-se nas imediações de um dos edifícios mais emblemáticos da cidade, a Sé Catedral, muito embora junto de uma linha de água. Na realidade, toda a zona envolvente da Sé Catedral de Braga era extremamente abundante em água, quer se tratasse de água que para aí era conduzida por canos, quer daquela que



Fig. 3. Casas da antiga Rua da Sapataria (2008).

²⁴ ADB, 2º Livro do Tombo do Cabido, fl.66

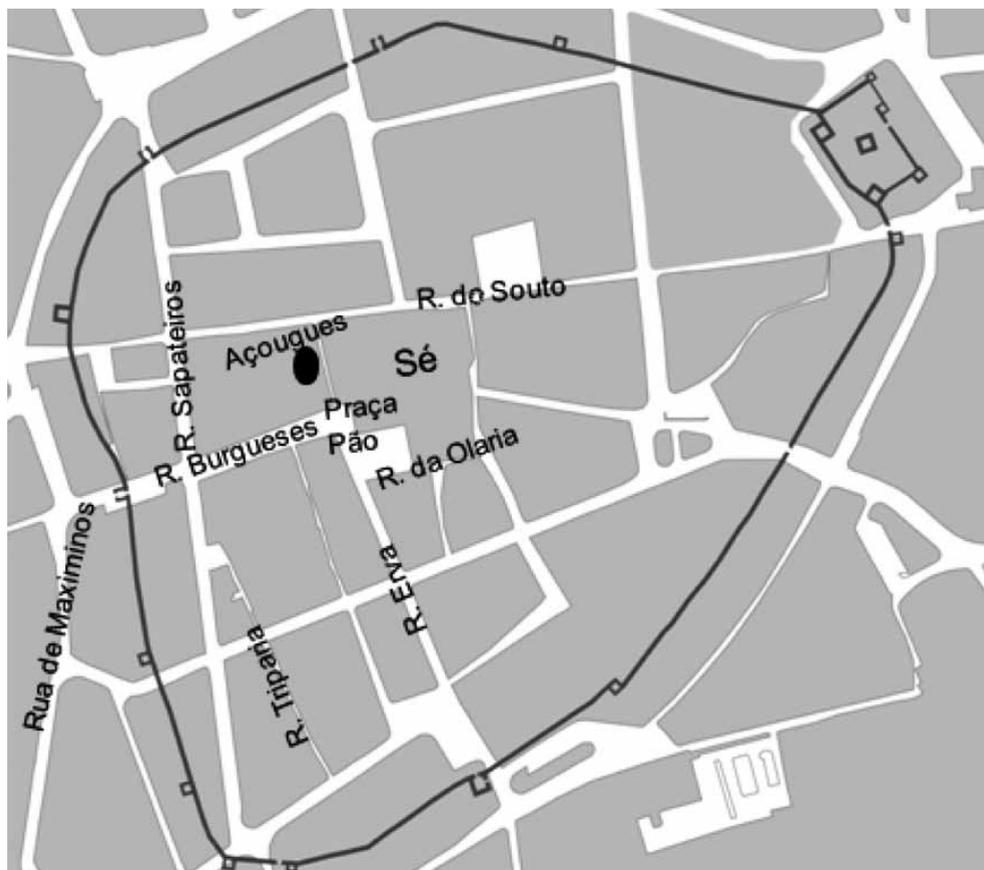


Fig. 4. Mapa da cidade de Braga na época medieval (sécs. XIV e XV).

brotava e corria livremente à superfície. Refira-se, a título de exemplo, a Fonte de S. Geraldo, situada sob a atual Igreja da Misericórdia que constituía desde a Idade Média um dos locais de abastecimento de água mais importantes intramuros²⁵, mas também uma importante linha de água que corria, ainda no século XVI, sob a atual Rua do Souto²⁶ e que naturalmente se prolongaria para ocidente, acompanhando o declive da topografia que ainda hoje caracteriza a Rua de D. Diogo de Sousa. De facto, a abundante quantidade de água que existia nesta zona asseguraria o manancial necessário para as atividades associadas à utilização dos açougues. Igualmente, a topografia elevada do local asseguraria o escoamento necessário às atividades aí desenroladas. Refira-se que esta situação é semelhante à verificada no Porto, por exemplo.

²⁵ Ribeiro e Martins, 2012.

²⁶ Martins e Ribeiro, 2012.

Nos finais do século XV, a parte sul da Rua da Triparia passa a designar-se de Rua da Judiaria Nova, pelo facto dos judeus para aí serem deslocados. Por sua vez, a parte norte da Rua da Triparia passa, no século XVI, a designar-se de Rua das Chagas²⁷. Na realidade, ainda nos finais do século XV, os açougues são mudados para fora de muros, para o Campo de S. Miguel o Anjo (Fig.5), onde se mantêm até 1787, quando se constrói um novo edifício para o matadouro da cidade²⁸.



Fig. 5. Mapa da cidade de Braga Primas (1755).

A Rua da Erva, correspondente grosso modo à atual Rua D. Gonçalo Pereira, ocupava um local destacado na organização urbana medieval de Braga ao ligar a porta da muralha, designada de Santiago, à Sé Catedral. No largo em frente a esta porta, intramuros, realizava-se um mercado para venda de produtos hortícolas frescos, que deve ter dado nome à rua. Até aos finais do século XV era nesta rua que se situava a Judiaria, e onde se concentravam inúmeros locais de produção e venda, designadamente boticas²⁹.

A Rua dos Burgueses ligava a fachada principal da Sé à porta da muralha, designada de Maximinos, bem como à rua do mesmo nome localizada extramuros, que

²⁷ Ribeiro, 2008, p. 424-428.

²⁸ *Mapa das Ruas de Braga*, II, 1989-91, 97.

²⁹ ADB, 2º Livro dos Prazos do Cabido, fl.59, 60 e 61.

constituía umas das possíveis ligações à cidade do Porto. A Rua dos Burgueses, tal como o topónimo parece sugerir, era um local de concentração de homens ligados às atividades comerciais e produtivas. De facto, encontramos inúmeras referências à existência de locais de venda e produção de diferentes bens, mas também de moradas de homens de diferentes mesteres, tais como sapateiros, alfaiates, ferradores, almocreves e igualmente inúmeros mercadores³⁰.

No lado norte, no extremo nascente da Rua dos Burgueses, localizavam-se os açougues, que se manterão nesse sítio até ao século XV, altura em que são deslocados para fora dos muros da cidade, tal como já referido.

Igualmente, o largo em frente à fachada principal da Sé passa a designar-se de Praça do Pão, desde os finais do século XV³¹.

Nos finais deste século, a Rua dos Burgueses irá conhecer a alteração do seu nome para Rua de Maximinos, apropriando-se do topónimo que pertencia à artéria por onde se prolongava extramuros. A razão que parece justificar esta alteração é a transferência da zona comercial da cidade para a Rua do Souto e para a Arcada do Castelo, como veremos mais adiante³².

Por fim, refira-se a Rua da Olaria, situada em frente da “porta do sol” da Sé Catedral. Este topónimo encontra-se certamente relacionado com a existência neste local de um mercado de olarias³³.

As escavações arqueológicas realizadas na área da atual Rua da Nossa Senhora do Leite, correspondente à antiga Rua de Oussias, que circunda a cabeceira da Sé, permitiram exumar uma grande quantidade de fragmentos de cerâmica, que possibilitaram a reconstituição de formas inteiras e admitir a existência, neste local, de um centro de produção ou venda de cerâmica nos séculos XIV/XV³⁴.

Para Braga, para além das ruas onde se situavam locais destinados à produção e simultaneamente ao comércio, temos igualmente informação relacionada com os espaços destinados especificamente a esta última atividade. É o caso do mercado de forragens, já referido, nas imediações da Porta de Santiago, mas também de grande parte da área envolvente da Sé Catedral, que se constitui desde o século XIV como um grande mercado, muitas vezes designada nos documentos medievais de *Praça*³⁵, onde se vendiam olarias, arcos, santos, panelas, e a partir de finais

³⁰ Ribeiro, 2008, p. 411-478.

³¹ Ribeiro, 2008, p. 475-480.

³² Ribeiro, 2008, p. 473-478.

³³ Ribeiro, 2008, p. 439-442.

³⁴ Ribeiro, 2008, p. 440; Gaspar, 1985, p. 51-125.

³⁵ A.D.B. 1.º *Livro de Prazos das Propriedades do Cabido*, fl. 34v, onde se lê: “... umas casas sobradadas que estão na Praça desta cidade de Braga...”



Fig. 6. *Mapa de Braunio* (1594).

do século XV, se passa a vender o Pão³⁶. Curiosamente, o lado norte da Catedral fazia a transição para a residência dos arcebispos, não se registando aí atividade comercial³⁷. Refira-se que este tipo de situação se verifica, igualmente, na cidade medieval do Porto, como analisaremos ao longo deste trabalho.

Por fim, refira-se ainda a Praça do Peixe localizada nas imediações da Porta Nova, na zona intramuros, onde o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou fazer um mercado coberto para o peixe. Tratava-se de uma praça de estrutura retangular, com aproximadamente 11,22 m x 7,26 m de lado formada por 6 colunas, que permitiam que servisse de todos os lados, segundo uma descrição do século XVIII³⁸. Esta pracinha conheceu vários designativos até meados do século XVIII, sendo chamada de Praça do Pescado, da Hortaliça e Praça do Pão, entre outros³⁹ (Fig. 5).

Para a zona extra-muros merece particular destaque a zona dos Pelames, localizada no fim da Rua dos Pelames, actual Rua de S. Geraldo, junto à ponte

³⁶ Ribeiro, 2008, p. 446-449.

³⁷ Acerca do Paço Arquiepiscopal pode ler-se Ribeiro, 2011.

³⁸ A.M.B. *Livro da Cidade*, vol. I, f. 93.

³⁹ Ribeiro, 2008, I, 390.

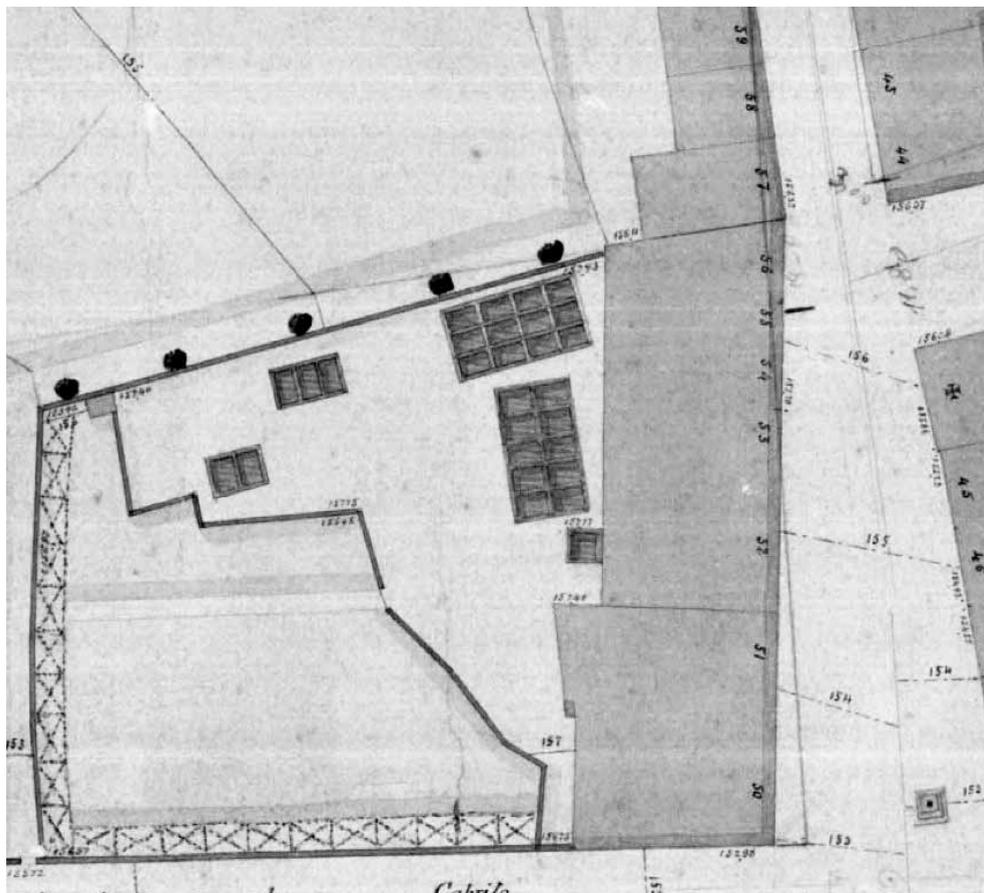


Fig. 7. Tanques dos pelames representados na planta topográfica de 1883/1884³⁷.

com o mesmo nome, que atravessava o rio Este e permitia a ligação para o Porto. O trabalho das peles terá sido uma atividade com algum peso em Braga, a antever pela existência de 37 pelames de sapateiros, mencionada no 4º *Tombo do Cabido* de meados do século XV⁴⁰. A localização destas estruturas aparece representada na primeira cartografia conhecida para Braga, vulgarmente conhecido como Mapa de Braunio, de 1594 (Fig. 6), na parte sul, mas também na planta topográfica de 1883/1884 (Fig. 7).

⁴⁰ ADB, 4º *Livro do Tombo do Cabido*, fl.9 V.

⁴¹ Planta elaborada pelo engenheiro civil Francisco Goullard, na escala 1/500, pertencente à Câmara Municipal de Braga, gentilmente cedida à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituições a quem agradecemos.

Assim, através dos dados recolhidos para a zona intramuros, nota-se uma concentração dos setores produtivos nas ruas do quadrante sudoeste da cidade. A justificar esta localização devemos desde logo considerar o facto de se tratar do setor mais antigo, onde a cidade terá estado acantonada desde o século VIII até aos finais do século XIII, inícios do século XIV, momento em que a muralha medieval é alargada para norte e nordeste⁴² (Fig. 1).

A extensão da cerca defensiva para norte, a partir dos inícios do século XIV, e sobretudo as intervenções urbanísticas do arcebispo D. Diogo de Sousa nos inícios do século XVI, designadamente a criação da estrebaria e estalagem junto ao castelo, extramuros, a regularização da Rua do Souto, a abertura da Rua D. Diogo de Sousa e da Porta Nova e a criação da Praça do Peixe, bem como da estrebaria e estalagem na referida porta, terão estado na origem da *transferência da zona comercial da cidade para a Rua do Souto e para a Arcada do Castelo*. Deste modo, esta área passa a constituir uma das zonas de entrada preferenciais na urbe, contribuindo para a dinamização de outros pólos comerciais e artesanais que permitiram o crescimento periférico da cidade⁴³.

1.2 A cidade do Porto

A cidade do Porto na Idade Média, até ao século XV, e provavelmente já desde a época romana, assentava em dois pólos de centralidade, a zona alta e a zona baixa. O primeiro, situa-se no Morro da Sé, onde existem vestígios da muralha de fundação romana, reconstruída no século XII; o segundo, localizado na zona ribeirinha junto ao Rio Douro, na área da Praça da Ribeira e da Alfândega, onde se encontram igualmente vestígios de edificações romanas. As artérias principais de ligação entre ambos os polos, através das Ruas da Bainharia e dos Mercadores, terão assumido desde cedo um papel estruturante na organização do espaço. A muralha gótica do século XIV irá, finalmente, englobar esses dois polos na mesma cintura defensiva, assim como outros espaços contíguos.

Ao longo dos séculos XIV e XV, e talvez mesmo antes, verifica-se uma crescente afirmação da zona ribeirinha e do eixo Rua da Bainharia e Rua dos Mercadores, como área mais dinâmica e central do ponto de vista económico e social, em detrimento da zona alta, no Morro da Sé⁴⁴ (Fig. 8).

⁴² Fontes et al, 2010, 255-262.

⁴³ Ribeiro, 2008, I, 475.

⁴⁴ Melo, 2009, I, p. 217-250. Cf. também Oliveira, 1973, sobretudo nas p. 179-260, que fornece importantes elementos de reflexão sobre a evolução histórica do urbanismo da cidade do Porto; Basto, 1962, p. 143; Osório, 1994, p. 108-109; Sousa, 1994, p. 124-136 e ss. Encontram-se com frequência nos documentos exemplos que demonstram tal tendência, e que as autoridades senhoriais da cidade, bispo e cabido,

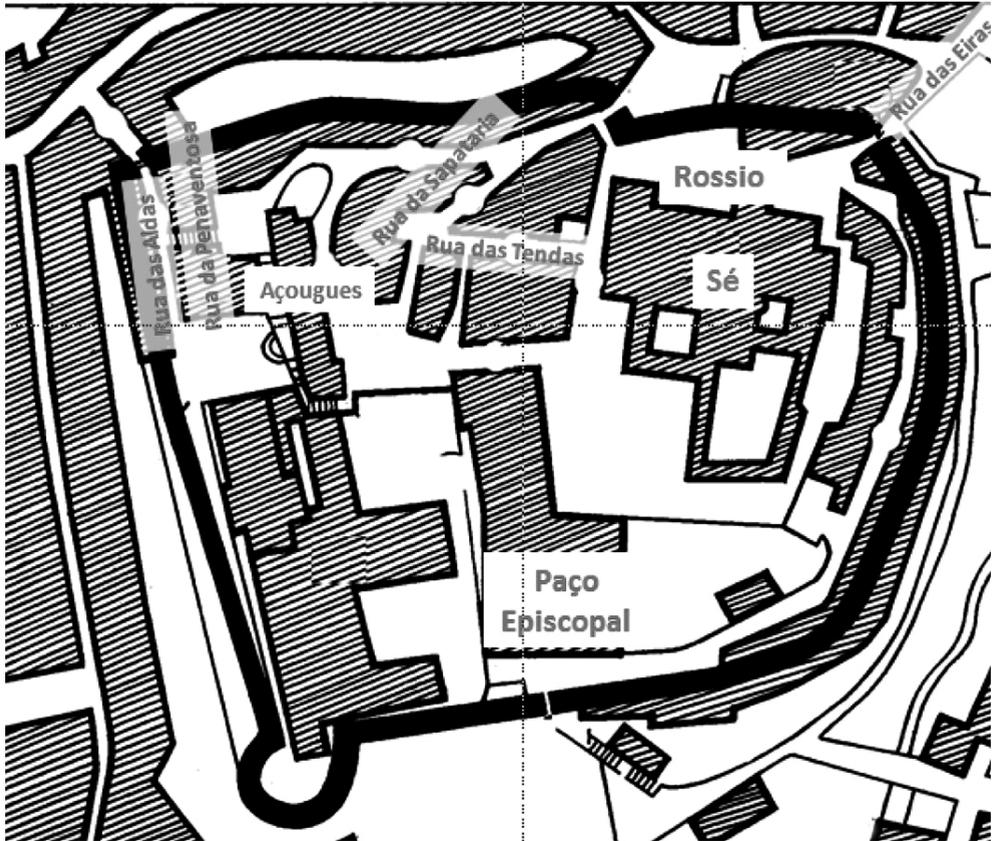


Fig. 9. Zona alta da cidade do Porto na Idade Média (Oliveira, 1973, p. 256 adaptado).

gues, concentravam-se numerosos e variados mesteres: sapateiros, tendeiros e outros (Fig. 9)⁴⁵.

A feira semanal da cidade continuava a ter lugar no Rossio junto à Sé. Ainda hoje, na sua fachada principal, se conservam as medidas padrão do Porto, a *vara* e a *meia vara*, essenciais a esse comércio e ao realizado na Rua das Tendas, que desembocava mesmo em frente dessa entrada nobre da catedral⁴⁶.

Refira-se, ainda, a zona da Rua das Aldas, onde se concentravam várias moradas de carneiros, na proximidade dos açougues, e onde se localizavam armazéns ou espaços de acabamentos de couros: *as sedas do bispo*⁴⁷.

⁴⁵ Melo, 2009, I, p. 218-220 e 239-242. Sousa, 1994, p. 122-155, esp. p. 148-155; Osório, 1994, p. 89-180; Oliveira, 1973, p. 217-258; Real, 2001, p. 9-19.

⁴⁶ Melo, 2009, I, p. 240. Real, 2001, p. 13; Real, 1984, p. 36-37; Barroca, 1992, p. 53-85, esp. p. 55, 63 e 67.

⁴⁷ Melo, 2009, I, p. 219.

Note-se que esta zona da parte poente e norte da *cerca velha* mantinha, portanto, um carácter maioritariamente mesteiral e mercantil. A aristocratização deste Morro da Sé ocorre mais na parte nascente e sul, em torno da Catedral e prolongando-se para fora desta muralha primitiva, pela Rua das Eiras. A envolvente do edifício da Sé representa muito bem a divisão espacial do conjunto dessa zona alta. Física e simbolicamente, a Sé fazia a ligação e a separação entre dois tipos de áreas: a comercial e mesteiral, de intensa atividade económica; e a zona mais residencial e aristocrática, onde se incluem os Paços do Bispo e as residências dos cónegos. O edifício da Catedral contribuiu assim para delimitar esses dois mundos⁴⁸ (Fig. 9).

O que não impede que, ainda assim, nessa Rua das Eiras, mas sobretudo na sua continuação na Rua de Cimo de Vila, no Morro da Cidade, se encontre novamente uma zona de concentração de vários mesteres, em particular sapateiros, ferreiros e trapeiros, entre outros. Ou seja, vários mesteres e funções comerciais se mantiveram na zona alta formada pelos morros da Sé e da Cidade. Esses mesteres fixaram-se preferencialmente na Rua de Cimo de Vila e no Morro da Cidade, por um lado, e na parte Oeste/Norte do Morro da Sé, por outro. Isto é, em duas extremidades opostas, do conjunto destes dois morros (Figs. 8, 9 e 10)⁴⁹.

1.2.2 Cidade alta/cidade baixa

Fora da *cerca velha*, mas muito junto dela, encontravam-se os pelames, na zona da confluência da Rua do Souto com o Rio de Vila, ou seja suficientemente próximo do açougue, mas fora da cidade alto-medieval, obedecendo a um modelo espacial bem conhecido e difundido (Fig. 8). Os *Pelames* apresentavam elevada concentração de *tanarias*, constituídas por cubas e tinas de madeira para curtição de peles, tendo conhecido um forte desenvolvimento ao longo dos séculos XIV e XV. Ao longo deste último século, sobretudo desde os seus meados, incrementa-se nesta zona a construção de pelames cavados na rocha, surgindo os topónimos de Rua dos Pelames e Morro dos Pelames, provavelmente já em finais do século XV, ou no século XVI. Refira-se que, com a construção da muralha gótica e com a expansão da cidade dos séculos XIV e XV, os pelames, contrariamente ao que se verifica em outros aglomerados, não foram desviados para espaços mais afastados, pelo contrário até se reforçam e expandem nesta zona e áreas anexas. Esta situação atípica pode encontrar explicação no facto de não haver outra localização viável e próxima, tendo em conta a acidentada topografia da cidade, a rede hídrica e a importância desse sector na economia portuense. A tudo isto podemos acrescentar

⁴⁸ Melo, 2009, I, p. 241.

⁴⁹ Melo, 2009, I, p. 218-220 e 239-242.

a imprescindível dependência dos açougues, de onde os pelames não deveriam afastar-se demasiado⁵⁰.

Por seu lado, a Rua da Bainharia apresentava vários mesteres, em particular dos sectores dos couros e dos metais, muito especializados, tais como bainheiros, correeiros, seleiros, cutileiros, esteireiros, entre outros. Curiosamente, nos séculos XIV e XV não parece incluir grande quantidade dos dois mais numerosos mesteres da cidade: os sapateiros e os ferreiros. No século XIII, esta rua poderá ter conhecido maior concentração de ferreiros, quando se teria chamado Rua *Faber* ou Rua *Ferrariis*. A Rua dos Mercadores, que se lhe seguia, fazia a ligação principal entre essa zona alta e a zona baixa da cidade, ou ribeirinha⁵¹, como se pode observar na figura 8.

1.2.3 Cidade Baixa

Na área ribeirinha concentravam-se os mais variados mesteres e mercadores. A sua presença nesta zona é atestada pelas várias casas-torre da Rua dos Mercadores e da Rua da Reboleira, entre outras, em parte ainda hoje visíveis, mas também através de importantes mercados regulares e tendas, especializadas ou não, aí existentes. Tudo isto articulado com as naturais atividades portuárias e marítimas que aí se desenrolavam (Figs. 8 e 10).

Na zona baixa da cidade concentravam-se também as atividades administrativas, fiscais e económicas do rei, nomeadamente através do conjunto formado pela Alfândega, a Casa da Moeda e os Paços Régios, que constituíam, juntamente com vários outros edifícios, um verdadeiro quarteirão do rei na cidade.

Quanto aos mesteirais, destacava-se nesta área, da Praça da Ribeira para Poente, uma concentração de sapateiros, ourives, moedeiros e ferreiros, entre muitos outros. Para além disso, na área a nascente da Praça da Ribeira, na Lada, evidencia-se uma zona de significativa concentração de tanoeiros (Fig. 10)⁵².

A Praça da Ribeira apresentaria uma elevada centralidade no espaço urbano, funcionando como um importante local de comércio e canal de acesso privilegiado à via fluvial e marítima. Aí se localizavam certos mercados regulares especializados, alguns obrigatórios, como o do peixe, ou uma feira do pão. Na zona da Praça da Ribeira deviam coexistir mercadores, tabeliães, funcionários régios, tendeiros e diversos mesteirais⁵³.

⁵⁰ Melo, 2009, I, p. 227-228; Melo, 2007, p. 121-156; cf. ainda Córdoba, 1990, p. 160-163; Leguay, 2005, p. 24-27; 38-39; 58-62.

⁵¹ Melo, 2009, I, p. 242.

⁵² Melo, 2009, I, p. 242-244.

⁵³ Melo, 2009, I, p. 242-243; Sousa, 1994, p. 150-152.

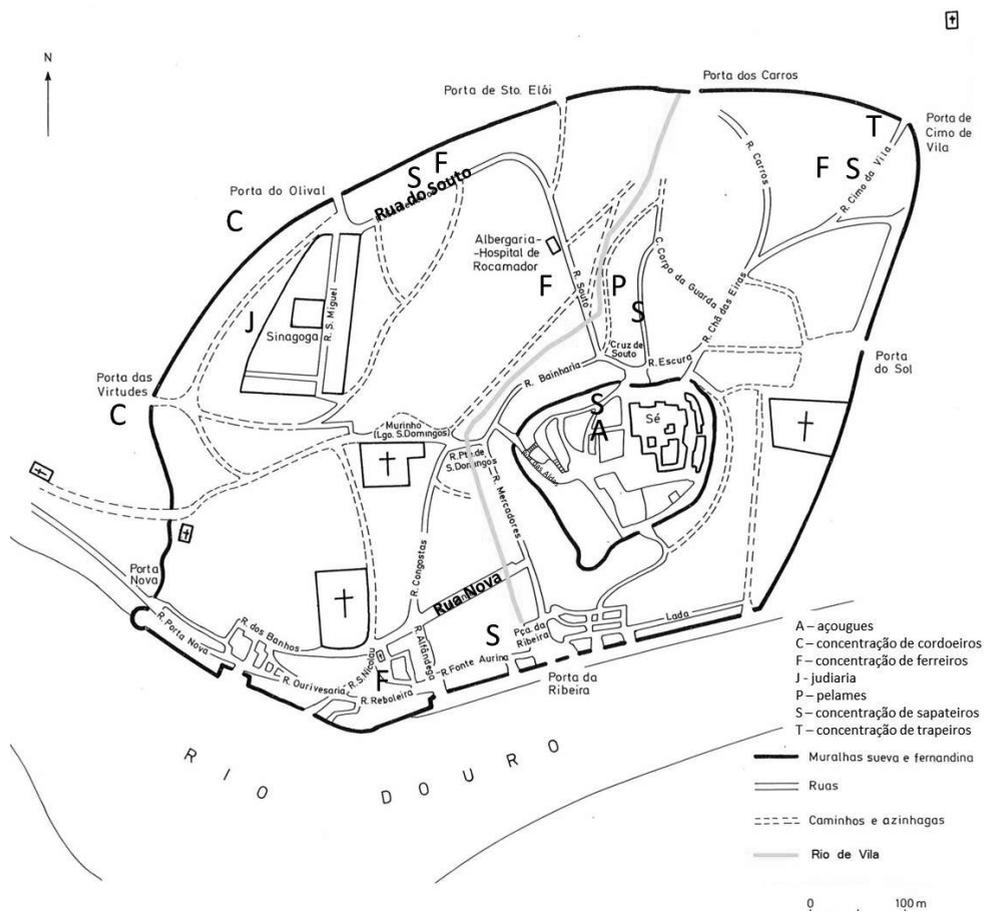


Fig. 10. Mapa da distribuição dos mesteres no Porto – séculos XIV e XV (Melo, 2009, I: p. 250).

Os tendeiros encontravam-se em várias zonas e artérias da cidade, em particular na Rua das Tendendas (no Morro da Sé), na Ribeira, ou ainda junto ao Mosteiro de S. Domingos, entre outros locais. A feira na Rua Nova foi transferida em 1413 para o espaço fronteiro ao mosteiro de S. Domingos, motivada pelos constrangimentos de construção dessa rua. Era igualmente junto a este mosteiro que estavam instaladas umas “boticas das judias”, mesmo no sopé da Colina do Olival, no cimo da qual se localizava a Judiaria. Umhas escadas, decerto em localização semelhante às ainda hoje existentes, permitiriam o acesso rápido entre os dois locais. Esta zona de S. Domingos, como se vê, afirmava-se cada vez mais, desde o início século XV, como um importante polo de comércio da cidade (Figs. 10 e 11)⁵⁴.

⁵⁴ Melo, 2009, I, p. 243-244.

1.2.4 Expansão da urbanização para Oeste

Desde os finais do século XIV que se verifica um amplo e decidido processo de nova urbanização da cidade para Oeste, em espaço até então pouco habitado. Esta expansão verifica-se sobretudo para duas importantes áreas, uma situada a cota alta, e outra a cota baixa. A primeira corresponde ao Morro do Olival (Fig. 8), que se concretizou através da urbanização da parte superior da Rua do Souto e da construção da Judiaria Nova, passando a constituir uma nova parte alta da cidade. A segunda corresponde a uma expansão na zona ribeirinha, através da abertura da Rua Nova (Fig. 11).

No primeiro caso estamos perante um desenvolvimento urbano com uma forte participação dos mesterais e impulsionada sobretudo pelo concelho. A intervenção urbanística do concelho fez-se de forma bastante ativa, muito embora com preocupações de regulamentação aparentemente inferiores às que o Rei teve na abertura da Rua Nova. Na realidade, a expansão desta rua localizada na zona ribeirinha, promovida pelo Rei, apresenta um pendor mais aristocrático e uma vontade régia de planificação.

A cronologia da expansão de ambas as áreas parece ser contemporânea, iniciando-se em finais do século XIV e desenvolvendo-se sobretudo durante a maior parte da centúria seguinte⁵⁵.

Na parte baixa, a expressão melhor conhecida é a abertura da Rua Nova, já referida, que durou quase todo o século XV e provocou alterações urbanísticas e modificações na ocupação social do espaço⁵⁶. A construção desta rua terá por sua vez impulsionado uma expansão urbanística da cidade para Ocidente, em direção à Porta Nova (Fig. 11). Quanto a nós, esta evolução urbanística deve ser considerada no seu conjunto e não apenas centrada na abertura da Rua Nova, como tem sido prática frequente. Nesta zona verificar-se-á uma concentração de vários mesterais, particularmente dois mesteres que darão o nome a duas novas ruas, durante a segunda metade do século XV ou já no século XVI: a da Ourivesaria e a da Ferraria de Baixo. Ambos os mesteres, ourives e ferreiros, encontravam-se até então concentrados entre a Praça da Ribeira e a Rua de S. Nicolau. A abertura da Rua Nova terá contribuído para a deslocação parcial destes dois mesteres para Poente⁵⁷ (Fig. 11).

No cimo do Morro do Olival, na Rua do Souto, instalaram-se vários mesterais, em particular ferreiros e sapateiros. No século XVI a parte alta desta rua acabou

⁵⁵ Melo, 2009, I, p. 221-226; 244-247.

⁵⁶ Melo, 2009, I, p. 245-247. Sobre a construção desta Rua, que se prolongou por mais de cem anos, cf. Amaral e Duarte, 1985; Santos, 2010; e Teixeira, 2010, p. 76-80.

⁵⁷ Melo, 2009, I, p. 224-226 e 245-246.

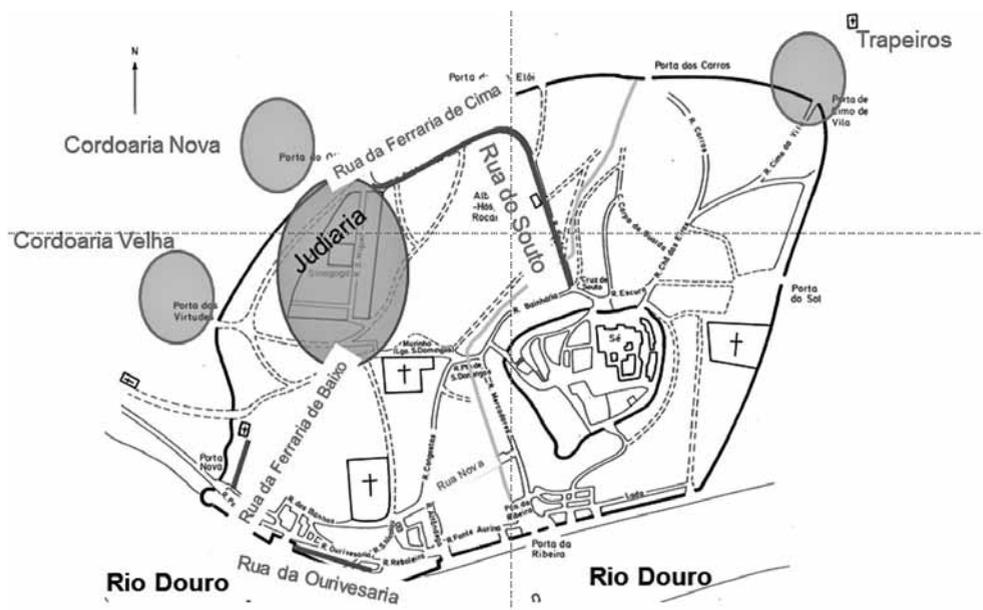


Fig. 11. Urbanização na zona Oeste da cidade do Porto, finais do séc. XIV e XV.

por se transformar na Rua da Ferraria de Cima, hoje Rua dos Caldeireiros. Provavelmente ter-se-á verificado ao longo do século XV uma transferência de parte dos ferreiros, e da sua confraria, da Rua de Cimo de Vila, para esta nova Rua (Fig. 11).

De facto, os ferreiros e os sapateiros parecem corresponder às atividades mais numerosas e difundidas que encontramos na cidade, concentrando-se, em ambos os casos, em quatro zonas. Contudo, esta situação não impedia que coexistisse alguma dispersão destes mesteres, embora menos significativa. No caso dos ferreiros podemos estar perante um processo de transferência espacial dentro da cidade, de Nascente para Poente e, simultaneamente, na cota alta e na cota baixa. Este processo encontra-se plasmado nas seguintes expressões concretas. Na zona alta, a Confraria e Hospital dos Ferreiros e a Rua dos Ferreiros, em Cimo de Vila, parecem ter sido transferidos para o Morro do Olival. De facto, encontramos referências à sua presença em Cimo de Vila, desde pelo menos os finais do século XIV, as quais parecem desaparecer no século XV. Concomitantemente, no final deste século e no XVI surge no Morro do Olival a Rua da Ferraria de Cima, antiga Rua do Souto, onde se localizava a Confraria e Hospital dos Ferreiros, que ainda hoje se conserva (Fig. 11). Por sua vez, na zona baixa, os ferreiros encontravam-se concentrados em torno de S. Nicolau, com confraria e hospital próprios, desde pelo menos meados do século XV. Desde o século XVI, esta confraria passou a designar-se de Ferraria de Baixo. Nesta zona constata-se a transferência de grande parte desses ferreiros

para Poente, consequência provável da abertura da Rua Nova durante o século XV, dando origem ao surgimento da Rua da Ferraria de Baixo, já no século XVI. Entre estas duas artérias, surge a Rua da Ourivesaria, desde meados do século XV, como já se referiu (Fig. 11)⁵⁸.

A promoção do Morro do Olival, do ponto de vista urbanístico menos valorizada pela historiografia, foi, quanto a nós, determinante para a configuração da cidade. Esta expansão, embora promovida pelo concelho, também beneficiou de uma acção régia muito específica. Referimo-nos à decisão, expressa nas cartas régias de 1386 e 1388, de aí instalar, numa área limitada, a Nova Judiaria do Olival⁵⁹. Nesta judiaria encontramos vários judeus mesterais, concretamente alfaiates e ourives. Estes deviam exercer o mester em suas casas. Uma parte do que aí era produzido seria vendida pelas judias, nas suas boticas junto a S. Domingos, local próximo e com acesso rápido à Judiaria⁶⁰ (Fig. 11).

Finalmente, deve ainda destacar-se que no lado exterior da muralha gótica se localizavam as cordoarias, a Nova e a Velha, também designadas de Cima e de Baixo, ambas no Morro do Olival e voltadas a Poente. A sua localização encontrava-se articulada com a construção naval do arrabalde de Miragaia, onde se localizavam as moradas de mareantes e de cordoeiros⁶¹. No lado oposto, no Morro da Cidade, no final da Rua de Cimo de Vila e no arrabalde de Santo Ildefonso, concentravam-se os trapeiros⁶² (Figs. 10 e 11).

CONCLUSÃO

Através da análise destas duas cidades, Braga e Porto, duas realidades urbanas muito distintas, localizadas desde logo em locais topograficamente muito diversos, com dimensões urbanas e demográficas também elas muito diferentes, procuramos ilustrar o modo como as atividades económicas influenciaram e / ou foram influenciadas pela evolução da paisagem urbana medieval.

Uma conclusão que desde logo nos parece evidente é a de que os espaços centrais atraem e funcionam como locais de comércio por excelência. Por espaços centrais deve entender-se os que funcionam como força centrífuga e agregadora da cidade, mesmo que não ocupem o centro do plano urbano. Por exemplo, as Sés de Braga e do Porto funcionam como elemento agregador, do ponto de vista ideológico e social, mas também comercial e mesterial. O mesmo se verifica em algumas praças como

⁵⁸ Melo, 2009, I, p. 220-222; 238-239 e 244-246.

⁵⁹ Melo, 2009, I, p. 221; 243-244 e 246; Dias, 2006, p. 150-152 e 182-190.

⁶⁰ Melo, 2009, I, p. 221; 243-244 e 246.

⁶¹ Melo, 2009, I, p. 222-223; 228; 238 e 244-245. cf. Oliveira, 1973, p. 229; e Barros, 2004, p. 430.

⁶² Melo, 2009, I, p. 233-234 e 236.

é o caso da Praça da Ribeira e do Largo de S. Domingos, no Porto, ou em Braga, da Alfândega do Castelo. Do mesmo modo, as artérias intramuros que permitem aceder a esse(s) lugar(es) central(is), sobretudo quando ligam às portas da muralha, são igualmente importantes pólos de atividade comercial e artesanal. Refira-se, por exemplo, para Braga a Rua dos Burgueses, que ligava ao Porto, através da Rua de Maximinos, e a Rua da Erva, que permita aceder ao mundo rural, aos pelames e também ao Porto. Para a cidade do Porto mencione-se os casos das Ruas dos Mercadores e da Bainharia, bem como das Ruas das Eiras e Cimo de Vila, onde se concentravam diversas atividades comerciais e de produção.

Por outro lado, merece destaque a constatação de que, quer o comércio, quer a atividade artesanal e industrial acompanham o crescimento urbano da cidade medieval e moderna. Esta situação encontra-se bem expressa na urbanização do Morro do Olival e da zona baixa ribeirinha, a Poente da Rua Nova, no caso da cidade do Porto. Na cidade de Braga, esta circunstância encontra-se ilustrada no crescimento urbano para Norte, através da urbanização da zona do Castelo e da Rua do Souto, para onde se deslocam as atividades comerciais a partir do século XVI.

Uma outra conclusão prende-se com o facto das atividades económicas apresentarem distintas expressões físicas que marcam de forma diferenciada a paisagem urbana. Certo tipo de atividades produtivas, designadamente sapateiros e mesteres do couro em geral, do vestuário, do têxtil e ourives, entre outros, requeriam estruturas com menor impacto na paisagem urbana, desenvolvendo-se regra geral, no rés-do-chão das casas, apenas interferindo com a tipologia dos edifícios ao nível da sua composição interna e com a arquitetura da fachada. Pelo contrário, outras atividades económicas, designadamente as que se desenrolavam nos açougues, nos pelames, na Casa da Moeda, na Alfândega, mas também a construção naval e a cordoaria tinham implicações estruturais na organização do espaço urbano. Estas atividades desenvolviam-se, normalmente, em edifícios ou espaços próprios com características específicas, condicionando a organização de todo o espaço envolvente, quer ao nível das estruturas de circulação, quer ao nível do próprio edificado.

Por fim, refira-se ainda que se evidencia uma relação de concentração e /ou dispersão das atividades económicas urbanas em função dos setores económicos, das épocas e das realidades urbanas. Os fatores que condicionam esta situação podiam ser de ordem geográfica, técnica, jurídica e senhorial, ou económica e social, resultantes de imposições normativas, de simples tradições, dos condicionamentos do processo de produção, ou de variados fatores gregários espontâneos. Merecem particular destaque os casos dos açougues e dos pelames, que requerem certos requisitos geográficos e técnicos, tais como a proximidade de cursos de água. Estes sectores estavam igualmente sujeitos à tributação de direitos específicos e eram objecto de preocupações de higiene pública. Do conjunto de todos estes

condicionalismos resulta que normalmente estavam obrigados a ocupar um lugar concreto do espaço urbano.

Podemos ainda constatar que, quer as atividades produtivas, quer as comerciais, contribuam para uma imagem diversificada da cidade, com distintos ambientes sociais em variados cenários económicos, muito embora fossem também responsáveis por diversas formas de poluição atmosférica, sonora e dos recursos hídricos, entre outros. Todavia, a influência das atividades económicas na organização de centros urbanos medievos é indiscutível. De facto, moldavam de forma marcante a imagem da cidade medieval, que se converte simultaneamente num grande espaço de mercado e de produção industrial e artesanal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

ADB – Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho

1º, 2 e 4 Livros do Tombo das propriedades do Cabido

1º e 2º Livro dos prazos das propriedades do Cabido.

AMB – Arquivo Municipal de Braga

Livro da Cidade, vol. I.

Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, *Os Homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e ordenamento territorial no Porto Quatrocentista)*, Porto, 1985 (separata da *Revista de História* (Porto), VI, 1985, p. 7-96).

ANDRADE, Amélia Aguiar, *Horizontes urbanos medievais*, Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

BARROCA, Mário J., “Medidas-padrão medievais portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, 9 (1992), p. 53-85.

BARROS, Amândio Jorge Morais, *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos Modernos*, 2 vols., Porto, 2004 (dissertação de doutoramento policopiada).

BASTO, Artur de Magalhães “Desenvolvimento topográfico da cidade – séculos XII a XV –”, in *História da Cidade Porto*, vol. I, Porto e Barcelos, 1962, p. 116-158.

CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo, *La industria medieval de Córdoba*, Córdoba: OCCPAC, 1990.

COSTA, Avelino Jesus, *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Vol. I e II, 2ª edição, Braga, Edição Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.

DIAS, Geraldo J. Amadeu Coelho, O.S.B., *As religiões da nossa vizinhança: História, Crença Espiritualidade*, Porto: FLUP, 2006.

FONTES, Luís; MARTINS, Manuela; RIBEIRO; Maria do Carmo; CARVALHO, Helena, “A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII”. *Espacios urbanos en el occidente mediterráneo, entre los siglos VI-VIII*, *Toletvm Visigodo*, 2010, p. 255-262, <http://hdl.handle.net/1822/13419>.

- GASPAR, Alexandra, “Escavações arqueológicas na rua de N.ª S.ª do Leite”, *Cadernos de Arqueologia*, Nº. 2, série II, 1985, pp. 51-125.
- LE GOFF, Jacques, *O apogeu da cidade medieval*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LEGUAY, Jean-Pierre, *La Pollution au Moyen Âge dans le royaume de France et dans les grands fiefs*, 4^{ème} édition, Paris: Editions Jean-Paul Gisserot, 2005.
- MAPA *das Ruas de Braga*, 2 volumes, Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-91.
- MARQUES, A. H. de Oliveira et all, *Atlas de cidades medievais portuguesas*, Lisboa: FCSH-UNL, 1990.
- MARQUES, José, *Braga medieval*, Braga, 1983.
- MARTINS, Manuela e RIBEIRO, Maria do Carmo, “Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar”, in Martins, M., Freitas, I. e Valdivieso, I. (coord.), *Caminhos da Água*, Ed. CITCEM, 2012.
- MELO, Arnaldo Sousa, “O convento de S. Domingos e os curtumes: abastecimento de água, poluição e paisagem no Porto dos séculos XIV e XV”, in *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*, coord. de Iria Gonçalves, Lisboa, 2007, p. 121-156.
- MELO, Arnaldo Sousa, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320 – c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320- c. 1415*, 2 volumes, Braga e Paris, 2009 (tese de doutoramento); URL: <http://hdl.handle.net/1822/9896>.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*, 2 vols., Coimbra, 1973 [*fac-simile*, Porto: Edições Afrontamento, 2007].
- OSÓRIO, Maria Isabel Noronha A. Pinto, *Cidade, plano e território. Urbanização do plano intra-muros do Porto (séculos XIII-1ª metade XIV)*, Porto, 1994 (dissertação de mestrado policopiada).
- REAL, Manuel Luís, “A Construção medieval no sítio da Sé”, *Monumentos*, 14 (Março 2001), p. 8-19.
- REAL, Manuel Luís, “Inéditos de Arqueologia medieval portuense”, *Arqueologia*, (GEAP) 10 (1984), p. 30-43.
- RIBEIRO, Maria do Carmo, *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Tese de doutoramento, 2008: 2 v. URL: <http://hdl.handle.net/1822/8113>.
- RIBEIRO, Maria do Carmo, “A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados”, *Forum*, 44-45 (2009/2010), p:179-201, URL: <http://hdl.handle.net/1822/13437>.
- RIBEIRO, Maria do Carmo, *O Antigo Paço Arquiepiscopal de Braga*, Coleção Sítios com História, Braga, Reitoria da Universidade do Minho, 2011.
- RIBEIRO, Maria do Carmo e MARTINS, Manuela, “Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Câmara de Braga (Século XVIII)”, in Martins, M., Freitas, I. e Valdivieso, I. (coord.), *Caminhos da Água*, Ed. CITCEM, 2012.
- ROSSA, Walter, “A cidade portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa* (dir. de Paulo Pereira), Círculo de Leitores e Autores, 1995, p. 233-323.
- SANTOS, Maria Helena Pizarro P., *A Rua Nova do Porto (1395-1520): sociedade, construção e urbanismo*, Porto, Faculdade de Letras, 2010 (dissertação de Mestrado).
- SOUSA, Armindo de, “Tempos Medievais” in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto: Porto Editora, 1994, p. 119-253.
- TEIXEIRA, Helena, *Porto, 1114-1518, A construção da cidade medieval*, Porto, Faculdade de Letras, 2010 (dissertação de Mestrado).

RESUMO: O objectivo principal do presente trabalho é proceder a uma abordagem acerca do papel das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa, procurando desde logo identificar quais eram as actividades que mais se desenvolviam nas cidades, o local que ocupavam no plano urbano e, posteriormente, a forma como influenciaram e / ou foram influenciadas pela evolução da paisagem urbana.

A concretização dos objectivos enunciados foi possível através do cruzamento de diferentes fontes de informação, entre as quais se destacam as fontes manuscritas, iconográficas e cartográficas, mas também o edificado histórico que integra as cidades medievais portuguesas. Através da análise de alguns exemplos concretos, designadamente das cidades de Braga e do Porto, procurámos contribuir para a problemática da influência das actividades económicas na organização dos espaços urbanos medievais.

Palavras-Chave: Plano urbano, Actividades económicas, Cidade medieval, Braga, Porto.

RÉSUMÉ: L'objectif principal de ce travail est de faire une analyse sur le rôle des activités économiques dans l'organisation de la ville médiévale portugaise. On a commencé pour identifier quelles étaient les activités économiques plus importantes qui se sont développées dans ces villes, pour ensuite identifier le lieu qu'elles occupaient dans le plan urbain. Finalement, on a voulu savoir comment ces activités ont été influencés par l'évolution du paysage urbain, ou, à l'inverse, comment le paysage urbain a été influencé par ces activités.

La réalisation de ces objectifs a été possible grâce au croisement de différents types de sources, parmi lesquelles se détachent les documents écrits, iconographiques et cartographiques, mais également les bâtiments historiques encore existantes dans les villes médiévales au Portugal.

Notre contribution pour l'étude de l'influence des activités économiques dans l'organisation de l'espace urbain médiéval est faite à partir de l'analyse de quelques exemples concrets des villes de Braga et de Porto.

Mots-clés: Plan urbaine, Activités économiques, Cité médiéval, Braga, Porto.